

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.083 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2000

Senado vota últimas renegociações antes da Lei de Responsabilidade

Com a proibição de empréstimos entre os entes da Federação, a União não poderá mais assumir dívidas de estados e municípios. Plenário tem dez contratos na pauta e deverá apreciá-los até amanhã, quando a norma será sancionada



Pedro Simon

Simon quer alterar MP que permite capitalizar juros

PÁGINA 8



José Eduardo Dutra

Dutra cobra dados sobre transposição no São Francisco

PÁGINA 8



O Senado vota até amanhã as últimas renegociações de dívidas que permitem à União assumir débitos de estados e municípios. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja sanção está prevista para amanhã, esse tipo de rolagem ficará proibido. A urgência para os últimos projetos com esse objetivo gerou debate no Plenário, na sexta-feira, a partir de discursos dos senadores José Roberto Arruda e José Eduardo Dutra.

PÁGINA 3

Pauta inclui também a programação monetária

PÁGINA 3

COMISSÕES

CE
VAI A VOTAÇÃO
PROJETO QUE PREVINE
O CÂNCER DE PRÓSTATA

PÁGINA 4



Sebastião Rocha apresentou substitutivo à proposta da Câmara

A dívida do banco de Rondônia é outro tema da audiência pública com Fraga



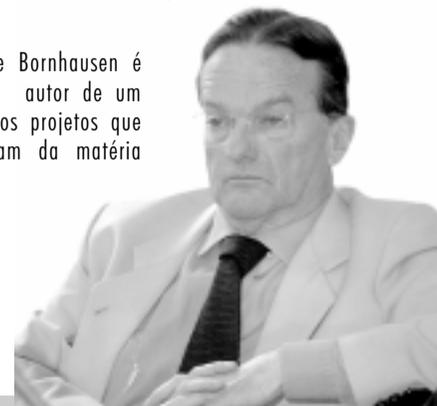
CAE
PREJUÍZOS DO BC
TRAZEM ARMÍNIO
FRAGA AO SENADO

PÁGINA 4

CCJ
REPRESENTANTES DA MÍDIA
E DA JUSTIÇA DEBATEM
“LEI DA MORDAÇA”

PÁGINA 4

Jorge Bornhausen é autor de um dos projetos que tratam da matéria



Homenagens e votações marcam semana no Senado

Comissões apreciaram normas para comércio eletrônico e rigor contra prostituição infantil

Homenagens ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, ao ex-ministro Sérgio Motta e aos 40 anos de Brasília marcaram as atividades do Senado na semana passada. Durante a sessão que homenageou os dois homens públicos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pai de Luís Eduardo, narrou emocionado, para um Plenário lotado, o sofrimento vivido no dia da perda do filho.

Na quarta-feira pela manhã, o Senado realizou sessão especial para comemorar os 40 anos de fundação de Brasília. A

solenidade contou com diversos convidados, inclusive pioneiros que ajudaram a construir a cidade, como o ex-senador Emival Caiado, autor do projeto de criação da comissão que realizou a transferência da capital para Brasília.

Também na semana passada, os senadores aprovaram projeto do governo modernizando as normas que, desde 1903, regulamentam a armazenagem de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico.

O Plenário também concedeu urgência que permite votar hoje projeto autorizando a União a refinar a dívida de R\$ 10,5 bilhões da prefeitura de São Paulo. Os senadores autorizaram Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina a assumirem as dívidas de suas companhias estaduais de habitação.

Além de votar esses projetos, a

CAE decidiu convocar o liquidante do Banco do Estado de Alagoas (Produban), Luciano Dantas, para que explique os motivos pelos quais as dívidas da instituição aumentaram de R\$ 22 milhões para mais de R\$ 400 milhões, depois que o Banco Central resolveu liquidá-lo.

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) regulamentando o comércio eletrônico. A iniciativa concede efeitos jurídicos à mensagem eletrônica e determina que ela seja considerada expedida e

recebida nos locais onde o remetente e o destinatário tenham seus estabelecimentos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto punindo com reclusão de quatro a dez anos a pessoa que submeter criança ou adolescente a prostituição ou exploração sexual. A

CCJ também aprovou mudança na proposta de emenda constitucional que concede a nacionalidade brasileira a filhos de brasileiros nascidos no exterior.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável a projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estabelecendo que os portadores de diabetes receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde (SUS) os medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar.



Luís Eduardo foi um dos homenageados pelos senadores na semana passada



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2000

Brasil 500



PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 8/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDL nº 74/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Alto do Vale Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul (SC); PDL nº 78/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora da Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas (SP); e PDL nº 88/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Platina de Ituiutaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba (MG).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 59/99, que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; PDL nº 113/99, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média cidade de Congonhas (MG); PDL nº 153/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão (PR); PDL nº 167/99, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Novo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Horizonte (SP); e Requerimento nº 204/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que sobre o PLC nº 67/95 (nº 383/91, na casa de origem), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

10h — Comissão mista destinada a analisar MP nº 2.011-6, que altera dispositivos da Lei Pelé. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PDL nº 18/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós; PDL nº 20/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões; e PLS nº 88/99, em tramitação conjunta com o PLS nº 300/99, que estabelece normas para as eleições; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 554/99, dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia da gastrectomia parcial nos casos de obesidade mórbida; PLS nº 8/2000, que altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho; PLS nºs 391, 399 e 630/99, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; e PLS nº 557/99, que dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Subcomissão da Saúde, eleição do presidente, vice-presidente e relator. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h — Comissão de Ética

Pauta: Analisar os dossiês dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

18h — Comissão de Educação

Pauta: Subcomissão de Rádio e TV. Audiência pública — debate sobre a situação da Rede TV mantida pelo grupo Omega. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 35/2000, que retifica a Resolução nº 69,1998, autorizando o estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de refinanciamento; PR nº 36/2000, que autoriza a União e o município de São Paulo a celebrarem contrato de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas; PLC nº 25/96, que altera o art. 1º da Lei nº 8.287/91, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso; PLC nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca durante o período de defeso; Substitutivo do Senado ao PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; PDL nº 67/99, que renova a concessão da Rádio Difusora Bento Gonçalves Ltda. (RS); e PDL nº 92/99, que renova a concessão da Rádio Difusora de Patrocínio Ltda. (MG).

COMISSÕES

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros assuntos, o PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; PPS nº 14/99, que dispõe sobre a revisão da Resolução do Senado nº 39/92, que trata das formalidades e dos critérios para apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PPS nº 54/99, que dispõe sobre as formalidades e disciplina os procedimentos para a apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; Requerimento dos senadores Geraldo Cândido e Heloisa Helena, que pedem, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública para avaliar os impactos sobre a educação do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública, com a participação de: Carlos Frederico Santos, da Associação Nacional dos Procuradores da República; dom Jaime Chemello, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Joaquim José Safe Carneiro, da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal; Mário André Carvalho Machado, da Associação dos Delegados de Polícia do DF, Jair Cesário, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; Fernando da Costa Tourinho Neto, da Associação dos Juizes Federais do Brasil; Alexandre Jobim, assessor jurídico da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão; Paulo Tonete Camargo, diretor do Grupo RBS, representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão; Carlos Chagas, jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa; Sérgio Murilo de Andrade, secretário-geral representante da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais; Renato Simões, vice-presidente representante da Associação Nacional de Jornais e responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão; Manuel Jorge e Silva Neto, representante da Confederação Nacional do Ministério Público, sobre o PLC 65/99, "Lei da Mordada", que altera dispositivos da Lei nº 4.898/65 (regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade), da Lei nº 8.429/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências) e da Lei nº 7.347/85 (disciplina a ação pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos (extraordinária)

Pauta: MSF 241/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizado o aumento temporário do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação dos Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Puste); Audiência pública com o sr. Arminio Fraga, presidente do Banco Central, sobre as causas dos prejuízos que o BC vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional; Cédula de Crédito Bancário; e provável responsabilidade do BC no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia no período de regime de administração especial, em decorrência da aprovação dos requerimentos de autoria dos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Ernandes Amorim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h — Comissão Mista

Pauta: MP 2.019-1/2000, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de maio de 1996. Discussão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

PREVISÃO

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota últimas renegociações de dívidas

Plenário aprecia nesta semana dez contratos antes da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim que a norma for publicada no *Diário Oficial*, estarão proibidos empréstimos entre os “entes da Federação”

O Plenário do Senado vota nesta semana os últimos contratos de renegociação de dívidas de estados e municípios, pelos quais a União assume os débitos, permitindo que os governos estaduais e as prefeituras efetuem o pagamento em até 30 anos. Ao todo, restam cerca de dez contratos, o maior deles de responsabilidade da prefeitura de São Paulo, de R\$ 10,5 bilhões.

As votações deverão ocorrer em regime de urgência, para que possam ser concluídas até amanhã, dia em que o presidente da República pretende sancionar o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, já aprovado pelo Congresso Nacional. Dois projetos já tramitam em regime de urgência. São os que tratam das dívidas do município de São Paulo e do estado de Mato Grosso do Sul.

Assim que a nova lei for publicada no *Diário Oficial*, estarão proibidos empréstimos entre os “entes da Federação”, como determina um dos artigos. Todas as renegociações e empréstimos aprovados pelo Plenário do Senado antes da vigência da lei poderão ser assinados mais tarde pelos governadores, prefeitos e pelo ministro da Fazenda.

PRECATORIOS

A renegociação paulistana, uma das mais polêmicas examinadas pelo Senado, por envolver títulos emitidos para pagamento de precatórios, deverá ser votada pelos senadores na tarde de hoje. Sua tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) gerou muito

debate. O senador Roberto Requião (PMDB-PR), por exemplo, questionou o prazo de 30 anos para pagamentos, afirmando que títulos emitidos para liquidação de precatórios só podem ser renegociados por dez anos. Todos os pontos levantados foram contestados pelo relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR). Requião, ex-relator da CPI dos Precatórios, anunciou que pretende levantar questão de ordem durante a votação no Plenário.

Consta ainda da pauta desta semana a renegociação dos títulos emitidos pelo governo de Santa Catarina para pagamento de precatórios, no valor de R\$ 581 milhões. Também estão na pauta títulos emitidos para quitação de precatórios do estado de Alagoas (R\$ 807 milhões) e dos municípios de Campinas (R\$ 137 milhões), Osasco (R\$ 193 milhões) e Guarulhos (R\$ 31 milhões), no estado de São Paulo.

Serão ainda votadas renegociações que não envolvem precatórios, como o caso de Mato Grosso do Sul, incluindo nos acertos com a União mais R\$ 332 milhões, elevando o total assumido pelo governo federal para R\$ 1,23 bilhão. Também estará em votação um pedido de Alagoas para que possa assinar com a União empréstimo de R\$ 427 milhões, destinados a financiar a extinção do Banco do Estado (Produban) e a criar uma agência estadual de desenvolvimento. O Produban foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central em 1997.

Programação monetária também está na pauta

O Senado vota hoje a programação monetária para o segundo trimestre de 2000, matéria que obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi relatada pelo senador Bello Parga (PFL-MA).

Na mesma sessão, o Senado decide sobre projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que concede seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante o período em que é proibida a atividade pesqueira. O valor do benefício, custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), será de um salário mínimo mensal.

Em turno suplementar, será votado substitutivo do Senado a projeto da Câmara que fixa o piso sa-

larial de médicos e cirurgiões-dentistas em R\$1.337,32. A esse respeito, a CAS aprovou duas emendas do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) ao projeto votado pelos deputados. A matéria já foi aprovada em primeiro turno pelo Senado.

Também hoje, o Plenário vota proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.



Requião questiona prazo de 30 anos para renegociação de dívida paulistana

Jucá, relator da matéria na CAE, contestou argumentos levantados por Requião

Rolagem permite cumprimento da lei, diz Arruda

Ao enfatizar a importância da aprovação pelo Senado da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) defendeu na sexta-feira urgência no tratamento das rolagens das dívidas estaduais e municipais. O líder do governo no Senado argumentou que assim as administrações com os casos mais graves de endividamento terão capacidade de pagamento assegurada antes da sanção da LRF, prevista para esta quinta-feira, após a qual estarão proibidas novas renegociações de dívidas.

Arruda disse que boa parte das dívidas acumuladas por alguns estados e prefeituras é resultado “da irresponsabilidade de gestões anteriores” e argumentou que as renegociações que estão sendo apreciadas pelo Senado permitirão que o limite de 13% de com-

prometimento das receitas com o pagamento das dívidas, previsto na LRF, seja respeitado.

Referindo-se à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, Arruda manifestou seu orgulho pelo fato de o Senado ter reunido força política capaz de aprovar “limites muito claros”

para a ação dos administradores do dinheiro público. Ele relatou que houve pressões de prefeitos, governadores e tribunais de Contas – “pressões legítimas, diga-se” –, mas tantas, que os jornalistas políticos mais experientes ressaltaram as dificuldades para aprovar a lei.

– Um misto de perplexidade e orgulho, no dia seguinte à aprova-



Arruda afirma que está orgulhoso com a aprovação da lei

ção, tomou conta dos jornais – observou o senador. Ele informou que foi procurado por uma das mais importantes agências de avaliação de risco sobre a nova lei, o que demonstra, na sua opinião, que sua aprovação já repercute internacionalmente.

MUDANÇA

Gerson Camata (PMDB-ES), em aparte, previu uma mudança radical no comportamento dos administradores e nos instrumentos de controle da sociedade e do Ministério Público.

Tião Viana (PT-AC), também em aparte, admitiu os méritos da LRF, mas lembrou que a Constituição já prevê a responsabilização administrativa e penal de maus gestores públicos.

Dutra questiona apreciação da matéria hoje

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou, em questão de ordem levantada em Plenário, que, sem *quorum* para votação (42 senadores), a sessão do Senado de sexta-feira não poderia ser considerada ordinária e, portanto, não serviria para contagem



Dutra: sessão de sexta-feira não poderia ter sido deliberativa

de prazo para votação de matéria em regime de urgência. Ele referia-se especificamente à urgência aprovada na quinta-feira para os projetos de resolução que autorizam a federalização das dívidas de Mato Grosso do Sul e do município de São Paulo.

Dutra pediu resposta formal

à sua consulta até a próxima sessão, hoje, para quando está prevista a votação das duas matérias. Ele fundamentou a questão de ordem no artigo 345 do Regimento Interno do Senado, segundo o qual a matéria para a qual é aprovado regime de urgência só pode ser submetida ao Plenário “na segunda sessão ordinária (deliberativa) que seguir à concessão da urgência”.

Dutra entende que, de acordo com as regras de funcionamento do Senado, para abrir uma sessão são necessários quatro senadores, mas para haver uma sessão deliberativa são necessários 42 senadores.

RESPOSTA

Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) prometeu dar hoje a resposta solicitada por Dutra, mas adiantou que a Mesa interpreta que, para que haja uma sessão deliberativa ordinária, é necessária apenas a designação de Ordem do Dia, como determina o artigo 154 do Regimento Interno, modificado pela Resolução 37/95. Dessa forma, continuou Melo, pode haver sessão deliberativa apenas para a discussão de matérias, sem que haja qualquer votação.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) acompanhou o raciocínio do senador petista, por acreditar que deve-se considerar inexistente a sessão deliberativa sem *quorum* para votação. “Se é deliberativa, é para deliberar; se não, não é”, afirmou Simon.

CE examina programa contra o câncer de próstata

Projeto proveniente da Câmara dos Deputados pretende enfrentar doença que mata 5 mil brasileiros a cada ano. A Comissão de Educação também discutirá novas regras para autorizar concessões ou permissões de rádio e TV

Projeto que institui o Programa Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata está entre os itens da pauta da reunião que a Comissão de Educação realiza hoje, às 11h30. Originária da Câmara, a matéria recebeu parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que apresentou substitutivo tornando a proposta mais abrangente e mantendo a obrigatoriedade de uma intensa campanha institucional por sete dias. O objetivo do programa é detectar o tumor a tempo de curá-lo. Segundo Rocha, o câncer de próstata mata 5 mil homens por ano no país.

Também será discutido projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre a revisão das formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. O senador Gerson Camata (PMDB-ES), relator do projeto, apresentou parecer favorável.

Em seu relatório, Camata afirma que o Estado e a sociedade têm o direito de fiscalizar e opinar sobre a programação de rádio e TV. "Con-

trole público não significa censura, mas a busca de padrões consensuais", argumenta ele. As disposições atuais exigem apenas o cumprimento, pelas emissoras, de formalidades técnicas e processuais, e não o compromisso com a qualidade de suas programações.

A CE examina ainda requerimento dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL), que pediram a realização de uma audiência pública para avaliar os impactos do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em dezembro de 1998.

Serão apreciados ainda projetos que renovam as concessões e permissões de radiodifusão sonora do Diário de Suzano Radiodifusão, da Sociedade Rádio Difusora Santa Cruz, do Sistema Jornal de Rádio, da Rádio Clube de Birigüi e da Rádio Itaporanga, todas em São Paulo; da Valente Propaganda e Publicidade e da Fundação Sara Nossa Terra, de Goiás; da Rádio Difusora Apucarana, do Paraná; da Rádio Difusora Cristal, do Ceará; e da Rádio e TV Maíra, de Rondônia.

Comissão que analisa a MP do salário mínimo vai se reunir hoje

A comissão mista do Congresso que examina a medida provisória, reeditada, que fixa o salário mínimo em R\$ 151 tem reunião marcada para hoje, às 17h. Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), ela é integrada pelos mesmos parlamentares que fizeram parte da comissão que examinou a MP após sua primeira edição. O relator continua sendo o deputado Armando Monteiro (PMDB-PE).

Encarregada de discutir o assunto e votar o parecer do relator, a comissão terá de encerrar seus trabalhos até 6 de maio. No dia 10, o Congresso tentará pela segunda vez votar a MP. Na primeira vez, no último dia 26,



Iris Rezende preside a comissão mista especial que estuda o assunto

os líderes governistas recomendaram a suas bancadas que esviassem o Plenário, impossibilitando a presença mínima de 257 deputados e 41 senadores para a votação.

Dessa vez, a MP do mínimo recebeu as 31 emendas apresentadas da

primeira vez e 24 novas propostas de alteração. Entre elas, a sugestão do PFL de elevar o salário mínimo para R\$ 177 em janeiro do próximo ano. O relator deve apresentar hoje seu parecer de admissibilidade. O parecer de mérito será conhecido ainda durante esta semana.

Ao relatar da primeira vez a MP do mínimo, o deputado Monteiro concordou com a elevação do salário para R\$ 151 e rejeitou todas as emendas.

Ele contestou as oito alternativas de arrecadação sugeridas, para bancar os gastos do governo federal com um possível mínimo de R\$ 177, por uma comissão de deputados que examinou o assunto.

O relator afirmou que os recursos das fontes alternativas propostas não estarão disponíveis neste ano. Além disso, registrou, quatro dessas propostas dependem de projetos que ainda deverão ser votados pelo Congresso.

A próstata é uma glândula masculina que fica à frente da bexiga e circunda parte da uretra (canal da urina)

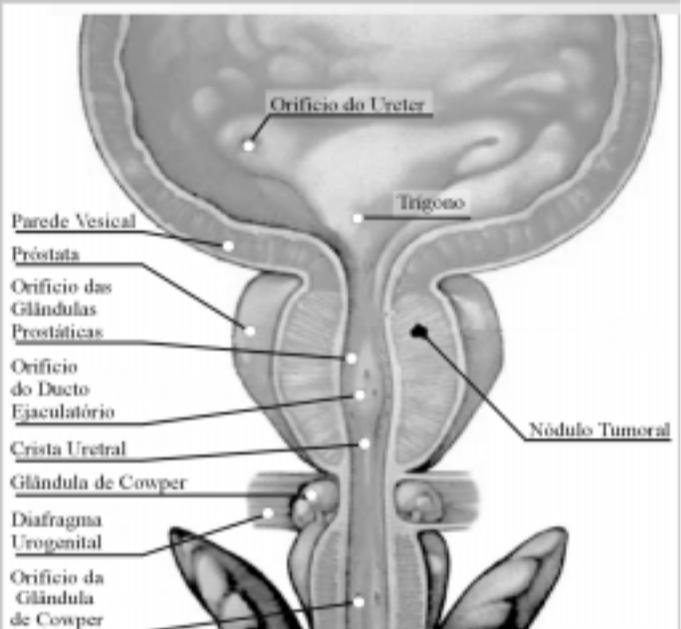
A incidência do câncer de próstata aumenta de 10% em homens com 50 anos para 80% aos 80 anos

É o terceiro tumor maligno mais diagnosticado nos países ocidentais industrializados

Na fase inicial, a pessoa não apresenta nenhum sintoma. Como em todos os tipos de câncer, a possibilidade de cura é diretamente proporcional à precocidade do diagnóstico

A primeira consulta de avaliação deve ser feita aos 45 anos. Homens com casos da doença na família devem consultar-se aos 40

PREVENIR PARA NÃO REMEDIAR



Armínio Fraga também deve ser questionado sobre a dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron)

Fraga vai à CAE explicar prejuízos do Banco Central

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, participa hoje, às 17h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde explicará, entre outros assuntos, as causas dos seguidos prejuízos da instituição. Os senadores querem conhecer em detalhes o fluxo financeiro entre o BC e o Tesouro Nacional, assim como a responsabilidade do BC pelo crescimento da dívida do Banco do Estado de Rondônia. A reunião foi solicitada por Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ernandes Amorim (PPB-RO).

Antes da audiência pública, os membros da CAE irão examinar mensagem do Executivo que pede autorização para se elevar temporariamente o limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

CCJ debate em audiência pública a "Lei da Mordaza"

Doze especialistas das áreas jurídica e jornalística, além de representantes da sociedade civil, vão participar de audiência pública hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater a chamada "Lei da Mordaza". A reunião, pedida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), vai começar após a Ordem do Dia e servirá para instruir os senadores sobre dois projetos em tramitação na comissão.

Um deles, de iniciativa do Executivo e já aprovado pela Câmara. O outro, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ambos alteram dispositivos das leis que tratam do direito de representação e do processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade e das sanções aplicáveis aos agentes públicos acusados de enriquecimento ilícito.

O projeto de Bornhausen já havia sido aprovado pela CCJ. Com a chegada do projeto do Executivo, foi solicitada a tramitação conjunta das duas matérias, que voltam à comissão agora sob a relatoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Entre as mudanças sugeridas, a mais polêmica é a previsão de punição dos agentes públicos que revelam informação sigilosa da qual te-

nham conhecimento em razão do cargo que ocupam. Daí a origem do nome "Lei da Mordaza". Bornhausen baseou-se no artigo constitucional que garante o direito à vida privada para elaborar a proposta. "Há áreas onde a conduta abusiva do agente público está latente, quando não efetiva", opina ele.

Participam do debate Carlos Frederico Santos, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; dom Jaime



Bornhausen teme a "conduta abusiva do agente público"

Chemello, presidente da CNBB; Alexandre Jobim e Paulo Tonet Camargo, da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão; Carlos Chagas, da Associação Brasileira de Imprensa; Sérgio Murilo de Andrade, da Federação Nacional de Jornalistas; Renato Simões, vice-presidente da Associação Nacio-

onal de Jornais; Manuel Jorge e Silva Neto, da Confederação Nacional do Ministério Público; Joaquim José Safe Carneiro, da OAB-DF; Mário André Carvalho Machado, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do DF; Jair Cesário, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; e Fernando da Costa Tourinho Neto, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil.

Para presidente do STJ, lentidão desgasta Justiça

Ministro Paulo Costa Leite diz, em entrevista à TV Senado, que o fim do excesso de recursos hoje permitidos e as restrições às causas julgadas pelos tribunais superiores seriam formas de enfrentar a morosidade dos processos



Francelino desejou sucesso à nova direção do Centro de Cronistas Políticos de MG

Francelino exalta a liberdade de imprensa

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a liberdade de imprensa em pronunciamento feito sexta-feira, quando desejou sucesso à nova diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais (Cepo), que será empossada no próximo dia 8 na Assembleia Legislativa mineira. Ele afirmou que o Brasil, no futuro, deveria fazer constar em sua Constituição que a imprensa é livre.

Francelino citou o exemplo da Alemanha, onde – segundo relato ouvido do presidente da Associação dos Jornalistas Alemães – não existe dispositivo legal limitando a atividade da imprensa e a liberdade de ação da mídia está expressa no texto constitucional.

O senador por Minas Gerais tam-

bém ressaltou a importância da atividade jornalística na transmissão das informações para toda a sociedade, permitindo que os acontecimentos mundiais se tornem públicos. No caso específico do Cepo, Francelino afirmou que a organização gerou em Minas Gerais o sentimento de que o escritor Gabriel Garcia Marquez tinha razão ao dizer que o jornalismo é a melhor profissão do mundo.

– A mídia, nos tempos de hoje, está presente em todos os acontecimentos. Ela informa e influencia a opinião pública e influi até mesmo na pauta do Parlamento brasileiro, nas atividades dos poderes Judiciário e Executivo e nas sociedades particulares e organizações não-governamentais – comentou Francelino.

Em entrevista à TV Senado, exibida no último final de semana, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, defende a restrição das causas que deverão ir a julgamento nos tribunais superiores. Na sua opinião, o desgaste da imagem da Justiça no Brasil deve-se em grande parte à lentidão dos processos, mas, pensa ele, isso pode mudar com a adoção de novos procedimentos previstos na reforma do Judiciário.

Na entrevista, dada ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, Costa Leite afirma que “é necessário modernizar e aperfeiçoar o Judiciário, compreendendo que ele também não é aquele fantasma que se pinta”. Para o ministro, se a sociedade hoje se revela descrente do Judiciário, a culpa cabe sobretudo à morosidade:

– Nossa legislação favorece a burocracia. Os processos se eternizam. Temos um sistema recursal espantoso, no qual as causas podem levar muitos anos. Só enfrentando essa questão poderemos modificar a imagem do Judiciário – disse.

Costa Leite advoga a adoção da súmula vinculante e de pré-requisito sobre a repercussão geral das questões para descongestionar os tribunais superiores – não apenas o Supremo Tribunal Federal, mas também o STJ e o Tribunal Superior do Trabalho. Essas cortes se

limitariam, assim, a deliberar sobre questões de relevância para a Federação e a sociedade, não se ocupando mais de assuntos de interesse pessoal das partes.

– É inadmissível que uma ação de despejo por falta de pagamento venha a acabar no Supremo Tribunal Federal – observou Paulo Costa Leite.

CORRUPÇÃO

O ministro garantiu a integridade da grande maioria dos juizes, e enfatizou que a magistratura está consciente da necessidade de punir exemplarmente os casos de corrupção:

– Esses corruptos são umas poucas maçãs podres, que não podem arruinar a instituição como um todo. Os juizes brasileiros têm essa compreensão, e querem fazer parte de um Poder respeitado. A Justiça brasileira vem sentindo a pressão da sociedade, os dirigentes dos tribunais são sensíveis a essa realidade e estão partindo para a punição daqueles que se desviaram do caminho reto – afirmou o presidente do STJ.

Costa Leite manifestou-se radicalmente contra a criação de órgão de controle externo do Judiciário, formado “por pessoas estranhas ao Poder”, afirmando que isso seria invasão de autonomia. Ele sugeriu a organização de um Conselho de Justiça, ficando a Ordem dos Advogados do Brasil e a Procuradoria Geral com o papel de le-

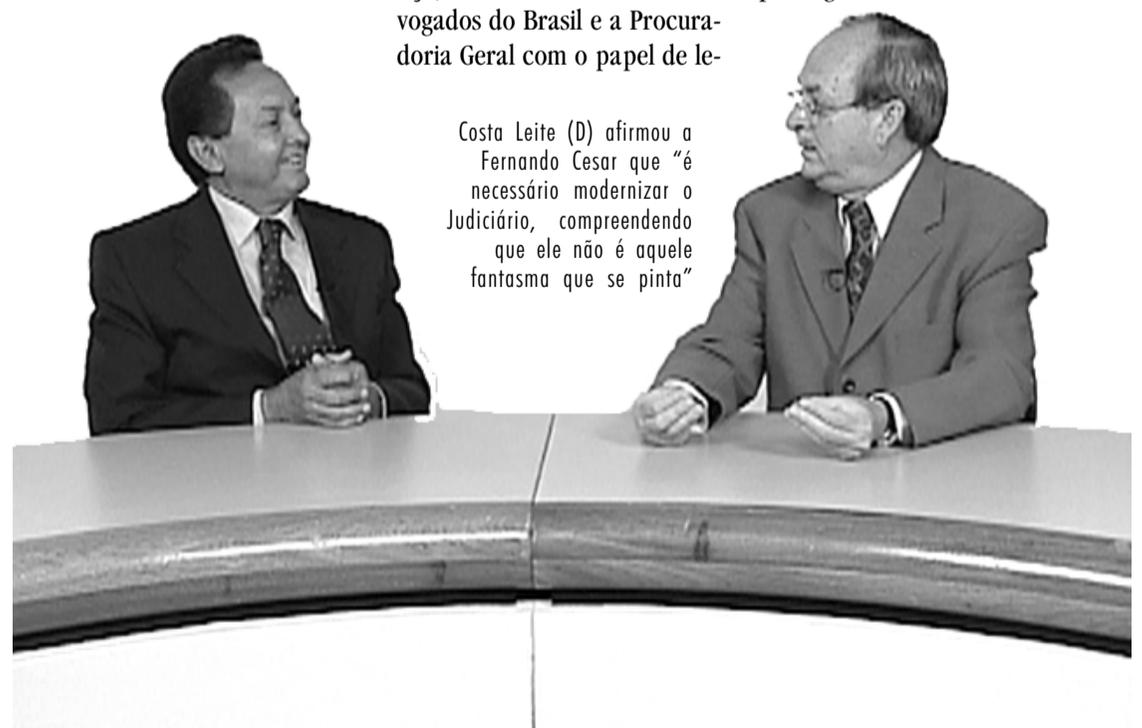
vantar e provocar denúncias.

Quanto às acusações de nepotismo, Costa Leite lembrou que o Judiciário é o único Poder que já tem proibição formal desse desvio, no nível federal. Já sobre a possibilidade de tráfico de influência quando o advogado tem parentesco com o juiz ou desembargador, ele ponderou:

– Verificar se existe tráfico de influência, e punir, é obrigação; mas não pode haver norma impedindo o exercício profissional. Não há como punir o exercício da profissão – disse.

O ministro reivindicou ainda a imediata organização da Defensoria Pública da União (hoje existente só no nível estadual) para atender à reivindicação das camadas pobres da população de acesso à Justiça:

– As defensorias nos estados não estão bem organizadas, não dão o atendimento que as pessoas merecem, mas na União sequer existem. Este é um dos motivos pelos quais, temos que reconhecer, o pobre tem grande dificuldade de fazer valer seus direitos na Justiça. Mas há novas perspectivas surgindo, como os juizados especiais na Justiça Federal, pelos quais transitarão, por exemplo, as causas previdenciárias de pequeno porte: eles vão descongestionar a Justiça e permitir resposta mais rápida para os menos privilegiados – afirmou.



Costa Leite (D) afirmou a Fernando Cesar que “é necessário modernizar o Judiciário, compreendendo que ele não é aquele fantasma que se pinta”

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2000

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2000 (MSF nº 71/2000). CAE. Aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000.

Resultado: Encerrada a discussão. A matéria consta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para votação.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros senadores. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Resultado: Encerrada a discussão, em primeiro turno. A matéria consta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para votação, em 1º turno.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1999. Renova a concessão da Rádio Clube de Itapira OM Ltda. (SP).

Resultado: Encerrada a discussão. A matéria consta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para votação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1999. Renova a concessão da Rádio Marcelino Ramos OM Ltda. (RS).

Resultado: Encerrada a discussão. A matéria consta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para votação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Viana presta solidariedade ao governador do Amapá

Senador diz que o estado está sendo ameaçado de intervenção porque Capiberibe abriu caminho para as investigações da CPI do Narcotráfico

O senador Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), diante da possibilidade de intervenção federal no estado. Na opinião do senador, Capiberibe é vítima de pessoas descontentes com denúncias de envolvimento de diversos setores de poder público com o narcotrá-



Tião Viana disse que ameaça semelhante foi feita contra o Acre

fico. A tese da intervenção federal ganhou força com a presença no estado dos integrantes da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o narcotráfico.

— O Amapá está sob ameaça de intervenção porque seu governador abriu as portas para a CPI do Narcotráfico entrar no estado e apontar focos de ilicitudes — afirmou.

O senador lembrou que o Acre, estado que representa, viveu situação semelhante quando o governador Jorge Viana recebeu os membros da CPI. Ele destacou que, antes da chegada da comissão, os cidadãos do Acre eram vítimas diárias de criminosos, que chegavam até a entrar em hospitais para resgatar bandidos.

As investigações da CPI receberam elogios de Tião Viana. Ele disse que o trabalho tem promovido a cidadania e feito as pessoas acreditarem mais na Justiça.

Jefferson Péres afirma que faltou dignidade ao ex-ministro Greca

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse em Plenário, na sexta-feira, que faltou dignidade ao deputado federal e ex-ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca (PFL-PR). Para o representante do Amazonas, o ministro se manteve no cargo por dois meses “enfrentando a famosa fritura”, quando todo o país já sabia que ele seria demitido.

Jefferson lembrou ter dito ao ministro que ele deveria deixar o cargo, na ocasião em que Greca esteve no Senado para responder perguntas sobre o suposto favorecimento a casas de bingo, por meio de atos do ministério. Para o senador, o ministro “manchou sua carreira política” e sua



Na opinião de Jefferson, Rafael Greca apegou-se ao cargo e “manchou sua carreira política”

gestão no ministério “empacou como a *Nau Capitânea*, que deveria ser seu triunfo”.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que as acusações contra Greca não foram provadas e ressaltou a grande votação para a Câmara obtida pelo ex-prefeito de Curitiba. Apenas na ca-

pital paranaense, observou, foram mais de 170 mil votos. Jefferson respondeu que não se referia à honestidade do ministro, mas à sua falta de dignidade ao se apegar ao cargo. Opinou também que, para ele, o pronunciamento das urnas não quer dizer nada neste caso.

— Se eu tiver provas de que um senador é ladrão, ele pode ser eleito prefeito, governador e até presidente da República; mas, para mim, continuará sendo ladrão — afirmou.

O senador considerou “lamentável” a ameaça de retaliações, pelo governo, contra os parlamentares da base aliada que votaram com a oposição na discussão sobre o salário mínimo.

Heloísa vê política em estado de deterioração

Ao manifestar apoio ao discurso do senador Jefferson Péres, que avaliou a demissão do ministro Rafael Greca, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que compartilha do “sentimento de indignação do senador e da nação brasileira” diante de recentes fatos da vida política.

Ela enumerou alguns desses fatos, como a aprovação, pela CAE, das operações de crédito de diversos estados e municípios que foram consideradas irregulares pela CPI dos Precatórios.

— Já há alguns meses esse processo de deterioração atinge a política



Heloísa disse compartilhar do “sentimento de indignação” da nação

do país em situações nas quais os interesses da população são deixados de lado em prol de políticos que se engalfinham para ver quem é mais súdito do rei, o presidente Fernando Henrique — reclamou.

Heloísa disse também que não aceita a alegação de que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja um tratado de moralidade. “Isto é falso. Nós não precisamos de novas leis, o Código Penal já prevê punição para os que come-

tem peculato e corrupção”, afirmou a senadora, confirmando que não admite o uso dessa lei como justificativa para o governo legitimar “operações ilegais, imorais, fraudulentas e inconstitucionais tais como as executadas pelos estados”.

Ela se declarou “estarecida” com o fato de não ter sido votada, conforme acordado com o governo, a medida provisória do salário mínimo. “Quem paga a conta de todos esses desvios não é a elite, mas a grande maioria da população brasileira. Por isso, apelo ao povo para que pressione seus parlamentares no sentido de exigir a aprovação de um salário mínimo de pelo menos R\$ 177”, concluiu.

Parga elogia Roseana por investimentos no Maranhão

O desempenho da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, tem levado ao aumento dos investimentos realizados no estado com recursos do Banco do Nordeste (BNB), disse na sexta-feira em Plenário o senador Bello Parga (PFL-MA).

Segundo ele, em 1994, ano que precedeu o início do primeiro mandato da governadora, que está em sua segunda gestão, o BNB liberou apenas R\$ 37 milhões ao Maranhão, num total de 920 operações. Só no ano passado, o banco contabilizou nada menos que 50 mil operações, representando investimentos da ordem de R\$ 975 milhões.

— Essa parceria entre o governo do estado e o BNB vem trazendo notável incremento aos setores produtivos do Maranhão — afirmou Bello Parga. Conforme o senador, os principais beneficiários são os pequenos e microempresários das áreas de bovinocultura, aquícultu-

ra, sementes, fruticultura, grãos e algodão.

Além do Banco do Nordeste, também estão incentivando o desenvolvimento maranhense os ministérios do Meio Ambiente e da



Bello Parga ressaltou o “notável incremento” das atividades produtivas

Agricultura e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Essas instituições, ressaltou o senador, têm contribuído para transformar o Maranhão em grande produtor e exportador de alimentos.

Ele observou que os financiamentos têm também importante destinação social, pois são usados em programas de alfabetização e capacitação de trabalhadores e empresários. O setor de serviços — sobretudo o turismo — é outro beneficiário, com projetos que levaram ao aumento de 47% no movimento turístico no estado em 1999.

— As belezas do Maranhão têm despertado cada vez mais o interesse de turistas do Brasil e do mundo — disse o senador.



Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

Palmira Pertioti, de São Paulo

0800 612211

O Serviço 0800 — A Voz do Cidadão tem revelado grande interesse da sociedade pela programação dos veículos do Senado Federal. A cidadã Palmira Pertioti, de São Paulo, pergunta:

“Por que as pessoas que não têm condições de pagar uma TV a cabo não têm direito à TV Senado?”

Quem responde é o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita:

“Desde 1996, a TV Senado transmite as atividades do Senado Federal e dos senadores para todo o país num esforço para aproximar a sociedade do Legislativo e reforçar a própria democracia no país. Desde então, o sinal da TV Senado chega a todo o território nacional através das operadoras de TV a cabo, do sistema SKY, da NET, da DirecTV, da TVA e por parabólicas com receptor digital.

A partir de meados deste ano, a TV Senado deverá estender essa transmissão em canal aberto a todo o país. Por orientação direta do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, as providências de ordem prática estão sendo agilizadas.

O Senado já obteve autorização legal para atuar como geradora em UHF e, neste momento, está concluindo as providências relativas a equipamentos e instalações necessários ao início da operação. Ao mesmo tempo, o Senado trabalha no sentido de sensibilizar as comunidades para a importância de providenciarem a instalação de unidades receptoras em cada cidade, para que o sinal aberto em UHF possa ser distribuído na localidade. Estão bastante adiantados os entendimentos com entidades que congregam prefeituras e câmaras de vereadores de todo o país, importantes parceiros nesse esforço de ampliação das nossas transmissões.

Agradecendo a sua manifestação, tomamos a liberdade de enviar-lhe pelo correio uma publicação sobre o projeto da rede TV Senado em UHF, que contém informações úteis sobre o que é e o que precisa ser feito para efetivamente conseguirmos levar nosso sinal em canal aberto para todos os brasileiros.”

Alcântara debate fundos para ciência e tecnologia

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Mauro Marcondes Rodrigues, debatem na TV Senado o pacote de medidas enviado pelo governo ao Congresso visando à criação de oito fundos setoriais que vão financiar a área de ciência e tecnologia no país. A expectativa é de que esses fundos gerem nos próximos cinco anos cerca de R\$ 7 bilhões para investir nessa área. O programa vai ao ar hoje, à 1h e às 6h30.

O senador Lúcio Alcântara elogia o conjunto de medidas adotadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à área de ciência e tecnologia. Ele explica que, com a criação de fundos específicos, a meta é do-



brar o investimento nesse setor e com isso melhorar as condições das universidades. Com o avanço, o senador acredita que o Brasil estará saindo da condição de país em desenvolvimento.

Para o presidente da Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, o quadro brasileiro não é tão assustador quanto se pode imaginar. Ele lembra que o governo tem investido em ciência e tecnologia ao longo dos anos. Observa, no entanto, que no caso das empresas é preciso investir mais na tecnologia e na inovação e no aperfeiçoamento de produtos e processos. Tanto o Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) quanto a Finep estão com reforço de recursos preparados para dar o salto de que o país precisa, disse.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 – *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente da Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Especial*: Dia do trabalho
8h30 – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil Colônia na TV – Entre a Fé e a espada
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho
9h30 – *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
11h – *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis
11h30 – Comissão de Educação (vivo)
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Natal
13h30 – *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente da Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia

14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos
21h – *Jornal do Senado*
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Comissão que analisa o Salário Mínimo (gravado)
Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
22h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Jader cobra votação da PEC que fixa recursos para saúde

Proposta em tramitação na CCJ obriga União a corrigir valores e estados e municípios a destinarem percentuais da arrecadação ao setor

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou requerimento em que solicita o prosseguimento da tramitação de proposta de emenda constitucional que assegura recursos constitucionais mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde. A proposta, que se encontra na Comis-



Jader: com a aprovação, Senado mostrará que se preocupa com os pobres

são de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

– Com a aprovação da PEC, o Senado terá uma rara oportunidade de demonstrar à nação que está realmente preocupado em erradicar a pobreza e a miséria. Num momen-

to em que se discutem os problemas sociais e se fala em erradicar a pobreza, com a criação de um fundo, não podemos deixar de mencionar que ela também começa com a falta de saúde – disse.

A proposta estabelece que, dos impostos arrecadados, a União deverá aplicar no ano 2000 o que investiu em saúde no ano de 1999, acrescido de 5%, e, nos anos seguintes, até 2004, o valor anterior corrigido pela variação do produto interno bruto. No caso dos estados, 12% da arrecadação de impostos devem ser alocados para os serviços de saúde e, no caso dos municípios, 15%.

Marina apóia pataxó que leu carta de protesto

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu na sexta-feira o índio pataxó Matalauê, que leu uma carta de protesto durante a missa dos 500 anos de evangelização do Brasil, realizada no dia 26 de abril em Porto Seguro. A atitude do índio foi considerada desrespeitosa pelo bispo de Eunápolis (BA), d. José Edson Santana, para quem Matalauê não agiu por conta própria,

que essa terra pertence a nós. Quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente? Mais de seis milhões de índios foram reduzidos a apenas 350 mil”, disse Matalauê em seu discurso. O ritmo das frases e a escolha da linguagem levaram a senadora à convicção de que os índios não dependeram de ninguém para realizar o ato.



Marina não vê motivo para vergonha, nem para pedido de desculpa

mas incitado por pessoas de fora da diocese, o que foi interpretado por Marina Silva como crítica aos membros do Conselho Indígenista Missionário (Cimi). Ainda na mesma cerimônia, Santana pediu desculpas ao cardeal italiano Angelo Sodano, que oficiava a cerimônia.

– Não há motivo para vergonha nem para pedido de desculpas, já que o índio apenas descreveu como foram cometidos os pecados contra seu povo nesses 500 anos – disse a senadora. Ela leu na íntegra a carta do pataxó, que entrou na igreja acompanhado de 40 índios levando nas mãos uma faixa preta em sinal de luto.

“Vocês têm que ter respeito por-

A senadora lembrou que o papa já havia pedido perdão pelos “pecados” cometidos pela Igreja Católica durante o processo de colonização do território brasileiro. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil já havia também feito um pedido de perdão em razão dos massacres de índios e negros.

– Pedir perdão depois da confissão de um pecado está de acordo com a homilia da Igreja – disse a senadora. Ela citou passagens da Bíblia como recurso para justificar a manifestação dos índios. Uma delas foi o episódio em que Jesus Cristo expulsa os mercadores do Templo, chamando-os de “ladrões”, palavra bem mais dura do que as utilizadas pelo índio pataxó.



“Funções de um jornal não se restringem a veicular notícia”, afirma João Alberto

João Alberto homenageia o jornal *O Imparcial*

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) homenageou o jornal *O Imparcial*, do Maranhão, que completa 74 anos no dia 1º de maio. O diário foi fundado em 1926, pelo jornalista João Ferreira Pires. “*O Imparcial* tem sido, ao longo de sua existência, um instrumento inserido e comprometido com o processo de aperfeiçoamento da sociedade”, afirmou.

O senador falou também sobre o papel dos jornais na sociedade. Para ele, as funções de um jornal não se restringem a veicular notícias. “O jornal deve ser também um criador de cultura, um meio de coesão social, de educação política, de vislumbre de horizontes, de treinamento para a crítica, para a cidadania e de preparo para a participação nas coisas que são de interesse da coletividade”, disse.

Simon quer impedir a capitalização de juros

Senador apresenta emenda para suprimir artigo que, segundo ele, foi incluído de forma “sorradeira” em MP reeditada em 30 de março, que permite a cobrança ilegal de juros sobre juros nos empréstimos bancários

Uma proposta de emenda supressiva ao artigo 5º da Medida Provisória 1.963/17, reeditada em 30 de março, que permite a capitalização de juros – ou cobrança de juros sobre juros –, foi apresentada na sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele observou que o artigo não existia nas edições anteriores da MP, tendo sido incluído na última reedição.

Simon afirmou que o artigo 5º foi incluído de forma “sorradeira” na MP, que dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional. O senador acrescentou que o artigo é inconstitucional, pois a matéria de que trata somente poderia ser objeto de lei complementar, “além de carecer dos pressupostos de relevância e urgência”, necessários à edição de MPs.

Para explicar os efeitos práticos dessa medida, Simon disse que, ao fazer um empréstimo com os juros de 10% ao mês, no decorrer de um ano o correntista pagará 120% de juros. No entanto, com taxas capitalizadas, um empréstimo feito com a mesma taxa passa a corresponder a 213,84% ao ano.

Além do encarecimento do crédito, Simon apontou uma questão de justiça para a rejeição do artigo 5º da MP, ressaltando que “cobrar

juros de juros representa cobrar sobre um montante que a instituição financeira não emprestou”:

– O enriquecimento gerado pela admissão desse critério é, portanto, evidentemente ilícito, para não dizer uma palavra mais grave – afirmou.

Ao apresentar a emenda supressiva, Simon fez um apelo ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para que agende, dentro do menor prazo, a vinda do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, àquela comissão, conforme requerimento de sua autoria já aprovado. Fraga irá expor as razões do governo para oficializar a cobrança de juros sobre juros.

Simon disse ter observado que, desde a edição da Medida Provisória nº 1.410, de abril de 1996, as MPs vêm sendo utilizadas para tentar autorizar as instituições financeiras a cobrarem, em suas operações ativas, juros capitalizados.

O senador lembrou que no Brasil, desde o Código Comercial de 1850, passando pela Lei da Usura, a capitalização de juros é proibida. Ele ressaltou que não há razão para que a legislação seja alterada, porque “manter a proibição é preservar a justiça”.

Senador diz que governo nunca age contra interesses dos bancos



Simon se referiu à CPI dos Precatórios, que apontou o Bradesco como um dos principais beneficiários do esquema

Ao discursar na sexta-feira, Pedro Simon disse que nunca viu o governo tomar uma medida que ferisse os interesses do sistema bancário. Ele se referia às conclusões da CPI dos Precatórios, que apontaram o Bradesco como a instituição que mais se beneficiou com as irregularidades praticadas, segundo relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

O mais grave de tudo, na avaliação de Simon, foi que ninguém, nem mesmo Requião, sabia que o Banco do Brasil seria o elo final da “corrente da felicidade”, como o relator da CPI se referia ao processo utilizado pelas instituições financeiras para obterem lucros exorbitantes com a emissão de títulos para pagamento de precatórios.

Simon fez uma associação entre o destino final dos precatórios e a afirmação do ex-presidente do Banco do Brasil, Andréa Calabi, segundo o qual o banco quebraria, caso a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) negasse o pedido para rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ressaltando não ter como comprovar a hipótese, levantou a possibilidade de o destino final dos títulos ter sido objeto de um acordo político firmado em uma visita do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf ao Palácio da Alvorada, no período final do primeiro mandato de Fernando Henrique, em 1998.

Também em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) sugeriu que Simon encaminhasse pedido de informação à diretoria do BB para saber por que títulos acabaram sendo assumidos pela instituição.

Dutra cobra de ministros dados de projeto para o São Francisco

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) cobrou na sexta-feira do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, o compromisso assumido em 18 de janeiro com a bancada de Sergipe de enviar aos parlamentares os vários estudos já realizados sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Em 10 de fevereiro, em sessão solene pelo aniversário da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) realizada no Plenário do Senado, o senador lembrou ao ministro que aguardava o envio dos estudos e novamente Fernando Bezerra assegurou que providenciaria a remessa.



Dutra cobrou de Bezerra promessa feita em janeiro

O compromisso resultou de reunião realizada em janeiro na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), para a qual o ministro convidou representantes de Sergipe para a exposição do projeto de transposição elaborado pelo governo. Na ocasião, relatou, fez questão de alertar que a exposição e o material distribuído aos participantes do encontro tratava predominantemente da transposição, “com duas ou três linhas” sobre a revitalização do rio, mas defendeu que aquela reunião deveria ser o início de um debate amplo e fundamentado entre todos os envolvidos com a questão.

Dutra enfatizou que a transposição não pode ser tratada de forma passional, para que não se chegue ao absurdo de ver estados nordestinos brigando entre si. Ele ressaltou que, quando da construção das hidrelétricas, o principal argumento foi o de que as usinas não causariam qualquer problema ao rio, o que não aconteceu, pois elas provocaram sua morte. Hoje o argumento é praticamente o mesmo, acentuou.

Lobão defende restrições ao uso de medidas provisórias

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu na sessão de sexta-feira a faculdade do Poder Executivo de editar medidas provisórias, mas condenou a transformação dessa licença numa “indesejável usina de produção legislativa”. Para ele, cabe ao Congresso Nacional parte da responsabilidade pelo abuso na edição dessas medidas, tanto em número quanto em qualidade, uma vez que isso acontece porque os congressistas não deliberam, com a devida rapidez, sobre elas.

Lobão lembrou que uma PEC, de autoria do então senador Esperidião Amin, disciplinando a edição e reedição das MPs, tramita no Congresso, desde



Lobão citou jurista para afirmar que uso desordenado das MPs ajudou a mergulhar o país em uma crise

1995. Aprovada no Senado no final do ano passado, continua em exame na Câmara dos Deputados. Ao dar às MPs 60 dias de vigência, e permitindo uma única reedição, a proposta poderá ressuscitar o respeito aos quesitos de relevância e urgência que a Constituição exige desses instrumen-

tos legislativos, observou.

O senador referiu-se ao livro do juiz Leomar Barros Amorim de Souza, intitulado *A Produção Normativa do Poder Executivo*, em que o autor enfatiza o desvirtuamento da medida provisória. “O volume e a qualidade dessa legislação estabeleceram dificul-

dades para o ordenamento jurídico e a convivência normal do Executivo com os demais Poderes. Em razão disso, o país mergulha numa crise que ora se desdobra, sem solução visível”, disse Lobão, citando a obra.

Na avaliação do senador, é o momento oportuno para se levar em consideração as advertências de Leomar de Souza sobre a necessidade de se disciplinar, imediatamente, essas medidas delimitando de modo preciso as matérias sobre as quais o Executivo pode legislar, “sem possibilidade de reeditá-las, e sem descurar-se de um rigoroso controle parlamentar”.